



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001989-70.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **'Banco do Brasil S/A**
 Requerido: **ADIMIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Banco do Brasil propôs a presente ação monitória contra os réus Adimil Produtos Metalúrgicos Ltda, Adilton Lauriberto Bossolan e Mirian Ernestina Grimberg, pretendendo o recebimento da quantia de R\$ 95.848,17, oriunda de contrato de abertura de crédito, tendo os réus efetuado uso dos limites de crédito disponibilizado, não restituindo ao autor os valores, acarretando o vencimento do contrato.

O corré Adimil Produtos Metalúrgicos Ltda. foi citada na pessoa de seu representante legal às folhas 41, não oferecendo resposta (**folhas 109**), tornando-se revel.

O corréu Adilton Lauriberto Bossolan foi citado às folhas 66, não oferecendo resposta (**folhas 109**), tornando-se revel.

A corré Mirian Ernestina Grimberg não foi encontrada para citação, sendo citada por edital (**confira folhas 93**). Dada vista à Defensoria Pública, esta apresentou contestação por negativa geral às folhas 102.

Réplica de folhas 106/107.

Relatei. Decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo desnecessária dilação probatória porque a matéria é exclusivamente de direito.

O contrato de abertura de crédito celebrado entre as partes (**confira folhas 06/08**), bem como a planilha de folhas 09 e os extratos de folhas 10/27, comprovam a operação de crédito afirmada pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não há como impor ao autor a produção de prova negativa, uma vez que *o devedor que paga tem direito à quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada*, nos termos do artigo 319 do Código Civil.

Diante do exposto, rejeito os embargos monitórios ofertados pela Defensoria Pública, no exercício da curadoria especial, com fulcro no artigo 1.102C, § 3º, do Código de Processo Civil, e acolho o pedido inicial, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial representado pelo contrato de abertura de crédito, acompanhado dos extratos e demonstrativo da evolução do saldo devedor, firmados pelos réus com o autor, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo. Sucumbentes, condeno os réus, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Prossiga-se na forma prevista no Livro I, Título VIII, Capítulo X, do Código de Processo Civil.

P.R.I.C.

São Carlos, 12 de fevereiro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**